

III Fórum Centro Oeste sobre o Ensino de Filosofia

Organizado pela Faculdade de Educação da UnB

20 a 22 de novembro de 2003

Filosofar e ensinar a filosofar

Prof. Dr. Gonzalo Armijos Palácios/UFG

garmijos@cultura.com.br

(Trabalho lido na mesa redonda do dia 22)

Há várias maneiras em que podemos conceber o ensino da filosofia. Tradicionalmente, os cursos de filosofia se organizam em torno da História da Filosofia e os professores se limitam a comentar seus textos. Em alguns casos, os alunos já são informados, desde o início do curso, que a filosofia já está completa ou, no pior dos casos, ficam sabendo que eles, simples estudantes, não têm a menor chance de chegar a filosofar ou a ser filósofos. Sendo essas formas de conceber o ensino da filosofia algumas das causas para que um povo não filosofe, discutirei neste evento o que me parece uma aproximação correta ao ensino da filosofia que consiste, em poucas palavras, em provocar no contato com os alunos problemas a serem debatidos e a comparar as soluções dadas pelos alunos com as que foram e ainda são oferecidas pelos

filósofos que um dia contribuíram e os que hoje estão contribuindo para o debate filosófico contemporâneo.

A imagem do filósofo como membro de um grupo muito seletivo

Um dos grandes problemas com que nos enfrentamos com os alunos que ingressam num curso de filosofia é a idéia generalizada de que o filósofo pertence a um grupo escolhido e privilegiado de grandes gênios e que, no máximo, o que caberia ao professor fazer, e ao aluno esperar, é algum dia entender algo dos profundos e talvez inatingíveis significados de suas teses e teorias. O filósofo não seria alguém que não está sujeito aos erros, inconsistências e defeitos próprios da natureza humana, mas pertenceria essencialmente a uma realidade que não é deste mundo.

A idéia de que o filósofo tem acesso a um mundo essencialmente diferente do mundo do resto de seus semelhantes está intimamente relacionada com outra: a de que a filosofia consiste na contemplação de essências e verdades universais, perenes, imutáveis e absolutas. De alguma maneira muito estranha, não se percebe o que a própria história da filosofia mostra: que a filosofia nasce com a tentativa de explicar as coisas e, portanto, de entender o mundo que nos rodeia, incluída a vida humana. Por alguma razão não se percebem duas características fundamentais do pensar filosófico: tentativa de explicação e discordância das explicações. Com efeito, a tentativa de explicar a natureza das coisas e a discordância dessas explicações aparece em todos os

primeiros filósofos. De modo estranho, quando o aluno ouve as explicações de Tales, Anaximandro e Anaxímenes, nunca escuta a observação metafilosófica de que não é possível que os três possam estar certos ou de que, pior ainda, é óbvio que os três poderiam ter estado equivocados.

Isso nos indica um dos erros do ensino da filosofia: ensinam-se, quase que exclusivamente, conteúdos como se fossem resultados definitivos e inquestionáveis. Não se pára para refletir sobre o significado, para a própria filosofia, do fato de os primeiros três filósofos terem proposto explicações distintas. Noutras palavras, não se aprofunda na busca do significado e da importância da divergência filosófica. Mas esse simples fato, a discordância das explicações desses três pensadores, parece não levar a uma outra conclusão óbvia e necessária: a filosofia não pode consistir na posse de verdades universais e necessárias. Pois resulta evidente, do que sabemos desses três pensadores, que todos eles não podiam ter estado certos. E muito provavelmente os três poderiam ter estado enganados.

Já a partir do primeiro contato com a história da filosofia os estudantes poderiam ser levados a perceber que o filósofo não é aquele ser que não é deste mundo e que tem acesso a verdades inquestionáveis. Pois um dos três primeiros filósofos gregos, ou os três, naturalmente, podiam ter estado enganados. Mas se um filósofo pode estar enganado, isso já é prova suficiente para que o professor explore a questão da verdade em filosofia. Mas não é isso que se faz. Pois se fosse feito, não continuaria viva a idéia de que a filosofia é contemplar essências e que o filósofo é o depositário dessas verdades. Aliás, poderia muito bem ser essa a abordagem a

ser feita com toda a história da filosofia. Pois o que vemos no resto dos filósofos pré-socráticos não é mais do que a continuação dessa história de confrontos e críticas – muitas vezes duras – entre eles. Com efeito, Heráclito não fala bem de Xenófanés nem Parmênides de Heráclito e seus seguidores. E, para citar mais exemplos, vemos que Empédocles não segue fielmente o pensamento de nenhum de seus antecessores nem Anaxágoras segue as teses de Empédocles nem os atomistas seguem as de Anaxágoras. O início da história da filosofia, a das diversas teorias físicas, metafísicas, epistêmicas, éticas ou políticas dos pré-socráticos é a maravilhosa antecipação do que será o resto dessa história: a discordância de teses ou o afastamento completo dos enfoques e problemas tratados por filósofos anteriores ou mesmo pelos contemporâneos. Mas se a filosofia é a história da seqüência sem fim de desacordos, então ela não pode consistir na contemplação de essências nem é a catedral em que se acumulam, como os santos nas igrejas, as verdades absolutas.

O que nos deve levar ao resultado óbvio, mais uma vez, de que o filósofo não é aquele que necessariamente contempla verdades absolutas. Pois se há tanta divergência entre filósofos, então alguém pode estar certo e outros, necessariamente, estar equivocados. Do que resulta o seguinte: ou só os que estão certos são filósofos, e os outros, por errar, não o são, ou, então, a filosofia não consiste essencialmente na posse de verdades e não se é filósofo por estar em posse de tais pretensas verdades absolutas mas por alguma outra razão. Que outra razão? Para responder esta pergunta basta olhar, rapidamente, na própria história da filosofia: alguém é filósofo não porque sabe mas porque ignora, tem

consciência de sua ignorância, e quer saber. Se já soubesse, não precisaria procurar. Mas é na procura incessante de respostas que consiste a tarefa filosófica. Noutras palavras: na toma de consciência de que se ignora algo. Caso contrário não deveríamos considerar Sócrates um filósofo. Pois, se devemos acreditar Platão, Sócrates não defendeu teorias. Não só não defendeu teorias como fez questão de explicar por que não o fazia. O mestre de Platão, com efeito, é um dos casos *sui generis* da história da filosofia. Sócrates escreve seu nome na história da filosofia justamente por ter levado a extremos a tese de que a sabedoria do filósofo consiste, num sentido fundamental, na consciência de suas limitações e de sua ignorância.

Não bastasse a história dos filósofos pré-socráticos e do próprio Sócrates para termos uma idéia clara da natureza do pensamento filosófico, o exemplo de Platão e Aristóteles não faz outra coisa que tornar óbvio o que para alguém ainda poderia ser duvidoso: Platão e Aristóteles não só defenderam teorias opostas, mas o discípulo faz questão de refutar seu mestre, mencionando-o e citando-o, em várias passagens de suas obras. É o que acontece, para citar um caso, na *Política*, obra em que Aristóteles dedica extensas passagens para criticar e refutar as teorias de Platão sobre a igualdade entre mulheres e homens, sobre a comunidade de mulheres e filhos e sobre a proibição da propriedade privada. Novamente, de duas uma: ou Platão e Aristóteles estão enganados sobre os assuntos em que este critica àquele, ou um está certo e o outro errado. Mas, sendo assim, então, um grande filósofo, ou dois grandes filósofos, verdadeiros pilares do pensamento filosófico, estão equivocados. Mas se um, ou os dois, estão equivocados,

então, mais uma vez, ser filósofo não consiste em estar em posse de verdades eternas, absolutas, necessárias e inquestionáveis.

O pensar filosófico como saber contemplativo e cumulativo

Das últimas considerações não podemos deixar de inferir mais uma conclusão: a filosofia não consiste no acúmulo de verdades absolutas. Ela não é *una*.

Lamentavelmente, o ensino tradicional de filosofia no Brasil parece pecar por omitir tudo isso. E não há semestre que não fique sabendo de um aluno que algum professor já avisou que o curso não estava para preparar filósofos e sim “professores de filosofia”. E ainda há um cuidado enorme, por parte de muitos professores de filosofia, em advertir que não são filósofos, que são “unicamente” professores de filosofia!?

Sendo “meros” professores de filosofia, então, tampouco iriam esperar que seus alunos cheguem a ser o que eles não conseguiram ou ousaram ser: filósofos! E, assim, o círculo vicioso continua e os alunos devem engolir goela abaixo o que a academia lhes impõe: ser “especialistas *em*” ou comentadores. É só olhar o título dos trabalhos de final de curso, de graduação ou pós-graduação no país, para ter uma idéia da gravidade do problema: a academia brasileira não forma filósofos. Não devemos ficar

surpresos, portanto, que o que parece restar nos departamentos de filosofia é ensinar metodologias de leitura de textos.

Não é por acaso, em conseqüência, que uma das expressões mais corriqueiras e aparentemente inócuas na academia filosófica brasileira seja falar desta ou daquela “leitura” que fulano faz de beltrano. Dessa forma, o que passa a interessar é aprender a fazer leituras, e não o que todo filósofo que é filósofo faz e se interessa por fazer: escrever o que ele ou ela pensa! E direi melhor: escrever o que ele ou ela pensa para que os demais possam debater tais idéias.

Pois é justamente nisso que consiste o trabalho filosófico: identificar um problema que não pode ser solucionado com o auxílio do resto do saber disponível e propor alguma solução, mesmo que seja tentativa e provisória. Espera-se com isso, naturalmente, que tais teses sejam debatidas. E é para isso que estão – ou deveriam estar – os periódicos especializados. Para que os que se dedicam a pensar filosoficamente publiquem os resultados de suas reflexões, de suas pesquisas, de seus problemas e suas soluções. Mas, aqui no Brasil, não podemos pedir os alunos que acompanhem as discussões filosóficas sobre “os últimos assuntos” que estariam sendo debatidos. Simplesmente porque não há assuntos que estejam sendo debatidos. O que todos nós já sabemos que vamos encontrar nos periódicos de filosofia no Brasil é mais uma “leitura” de tal ou qual conceito deste ou desse filósofo. Ficamos, assim, na leitura da leitura da leitura. E, francamente, não sei quem se engana com toda essa farsa. Seria até muito bom se os artigos dedicados a esmiuçar conceitos de filósofos consagrados fossem críticos. Mostrassem inconsistências dentro do pensamento do autor ou

mesmo levantassem questões novas a partir desse mesmo filósofo. Mas, lamentavelmente, poucos ou muito poucos são os textos que levantam problemas desse tipo. A tendência é a escrever artigos exegéticos sobre questões que a muito poucas pessoas interessam e que não dizem respeito à vida de quem mora num país determinado, de uma região determinada, e que faz parte de um mundo determinado. Assim, ninguém se interessa por ler tais artigos.

Não é à toa, naturalmente, que a grande maioria dos artigos em periódicos especializados sejam maçantes, difíceis de ler e completamente alheios aos problemas que nos interessam como pessoas vivendo no presente e não no passado, no Brasil e não na Europa ou nos Estados Unidos.

II

Chegamos, assim, à segunda parte desta intervenção. Um dos problemas fundamentais que está por trás do ensino tradicional de filosofia no Brasil consiste na patológica valorização do estrangeiro e na minusvalorização do próprio. Isso, penso não me enganar, faz parte da visão que o brasileiro tem de si próprio. Não vou entrar na análise de um fenômeno complexo que exige pesquisas históricas, sociológicas e antropológicas. Mas parto de uma simples constatação: o brasileiro não tem de si mesmo uma boa imagem. Isso é fácil perceber em expressões coloquiais que

podem parecer inocentes para os próprios, mas não para estranhos. Refiro-me a expressões como *brasileiro não presta*.

Parece que essa convicção inunda ideologicamente os mais diversos setores da população brasileira, independentemente da situação social ou econômica. Esta não é uma tese que possa defender e provar porque só tive acesso a uma parte da população brasileira. De qualquer modo, tenho certeza de que a tese é verdadeira no que diz respeito às elites e aos privilegiados que têm acesso, mesmo que sofrido e difícil, à educação superior.

A expressão citada pode ser refutada facilmente se as elites, que controlam os meios de comunicação e os centros educacionais, fizessem questão de mostrar sistematicamente as conquistas e contribuições de brasileiros nas mais diversas áreas da ciência, da tecnologia, assim como o valor, reconhecido universalmente, da literatura e das artes brasileiras. Mas isso se limita, lamentavelmente, e quando não ocorre o contrário, às atividades esportivas – que sempre são facas de dois gumes.

O interessante é que o brasileiro fica sabendo desta ou daquela conquista na ciência e na tecnologia. Mas, de maneira muito estranha, num país que pelo menos da criatividade de seu povo se orgulha, mesmo que seja no esporte ou na música, não ocorre isso na filosofia. E com razão, já que os departamentos estão estruturados para impedir que ela exista. Justamente na filosofia, que permite, como poucas atividades, altos vôos da criatividade e da imaginação.

É importante lembrar o *mea culpa* do professor Porchat Pereira, quem reconheceu ser um dos responsáveis por um método

de ensino em que qualquer intenção de pensar por si era considerada uma “veleidade”. A verdade é que se não permitem ao estudante ter essa pretensão na graduação, o que pode até ser correto em determinados contextos muito específicos, se tampouco lhe permitem que a tenha na pós-graduação, obviamente, como resultado, já não vai saber como ousar pensar por si quando assuma uma cátedra. E como poderia ensinar a fazer algo que ele não foi ensinado a fazer ou que foi desaconselhado a fazer quanto tentou? O resultado necessário só pode ser que o novo catedrático vire mais uma peça no mecanismo que impede que seus estudantes se considerem futuros filósofos e que ele mesmo dê exemplo dessa atitude. A pergunta a ser feita não pode ser outra que: se o aluno não é permitido ou estimulado a pensar por si na graduação, então quando?

O quando e o como

O lugar em que o aluno de filosofia aprende a filosofar ou definitivamente é impedido de fazê-lo é a graduação. Uma condição necessária é que seu próprio professor faça filosofia, saiba como se filosofa e acredite que seus estudantes podem fazê-lo. Todas essas condições parecem uma verdadeira ousadia aqui no Brasil. Professores ilustres de filosofia aparecem num livro intitulado, paradoxalmente, *Conversas com filósofos brasileiros* declarando com toda franqueza que não existe filosofia no Brasil como existe na Europa ou nos Estados Unidos. Se alguém sabe como se filosofa, obviamente, é de se esperar que filosofe. Mas surge este

problema: como se ensina filosofia se não se sabe filosofar? O “saber filosofar” parece algo tão esquisito, afastado, estranho... Algo tão próprio de mentes transcendentais, diferentes... Mas já podemos saber a razão do preconceito. Se eu, professor, não filósofo, é porque ou não sei como se faz ou não estou em condições de fazê-lo. Mas se não está em condições de fazê-lo e por isso mesmo não é filósofo, como, então, dá aula de filosofia? Que faz então numa sala de aula num departamento de filosofia? Que faz e para que está numa sala de aula de filosofia?

A resposta não pode ser tão diferente de respostas a perguntas como “que faz o matemático numa aula de matemática”, “que faz o físico numa aula de física” ou “que faz o compositor numa aula de composição”. O filosofar é uma atividade, como muitas outras. Uma atividade que em muito se parece ao do matemático, do físico ou do compositor. Portanto, se a atividade do filósofo se assemelha em algo a outras atividades intelectuais, a sala de aula de filosofia só pode ser parte de um processo de filosofar em que o próprio professor está inserido. Dessa maneira, a sala de aula não se diferencia de um laboratório de química ou de biologia ou de física: mostram-se problemas e os procedimentos diversos, muitas vezes incomensuráveis entre si, mediante os quais tais problemas foram resolvidos ou os filósofos tentaram resolvê-los. Esta já é uma outra atitude: vou para sala de aula para pôr a prova minhas teorias, meus procedimentos, meus resultados. Vou tentar estimular meus alunos a procurarem soluções diferentes às minhas. Vou motivá-los com a introdução do problema para ver como eles reagem, como eles observam o problema, como eles o enfocam. Mesmo que o professor de filosofia não seja permitido,

institucionalmente, a não ousar ser filósofo, não pode não saber como os diversos filósofos filosofaram, as soluções que propuseram. Se ele sabe, tudo isso deve ser mostrado aos alunos, para estimulá-los a achar novas soluções, novos problemas, erros nas soluções oferecidas ou enfoques alternativos. Para que outra coisa poderia estar a sala de aula? Para “repassar conteúdos”? Aquelas supostamente eternas e inquestionáveis conquistas dos filósofos, todas em pretensa harmonia umas com as outras?

Unicidade e multiplicidade

Disse antes que os estudantes entram nos departamentos de filosofia, ou têm suas primeiras aulas nessa disciplina, imaginando que a filosofia é una. Entre outras razões, isso se deve à compreensão equivocada do professor sobre sua própria disciplina. Ela se deve à idéia falsa, por anos martelada na sua cabeça quando aluno, de que a filosofia é o acúmulo de verdades eternas à que cada grande filósofo contribui com sua obra. Tais verdades eternas juntaram-se, todas, para a grandeza dessa obra ímpar e divina que é a grande catedral da filosofia.

Mas os fatos apontam em outra direção. O que a história real da filosofia mostra é que desde seu início a filosofia é o lugar de um debate e de um encontro nada amigável de explicações conflitantes. Mais ainda, que não há duas teorias filosóficas

importantes que mantenham exatamente as mesmas teses sobre os mesmos assuntos, sejam estes epistêmicos, metafísicos, lógicos, éticos ou da índole que forem. A filosofia não é um prédio nem constitui uma unidade. Ela se faz e refaz na pluralidade e na oposição de teses, teorias, abordagens, problemas e soluções.

Estudar filosofia... para quê?

Esta costuma ser uma das perguntas mais comuns de se ouvir e mais difíceis de se responder. Já que se imagina que a filosofia é, por natureza, algo totalmente diferente de qualquer tipo de atividade racional, pensa-se que o tipo de processo mental que ocorre na filosofia não ocorre nem pode ocorrer em outras atividades humanas. Isso, na verdade, é uma consequência da incompreensão e dos preconceitos generalizados a respeito da atividade filosófica. É verdade que muitos alunos não sabem explicar por que escolheram o curso e muitos, por outro lado, certamente não estão em condições de responder a pergunta “para quê estudar filosofia”. A dificuldade dessa pergunta está em que necessariamente pressupõe outra: para que serve a filosofia!

Devemos convir com que a filosofia é uma atividade teórica. Algo em comum, obviamente, ela deve ter com outras atividades desse tipo. Na verdade, tem muito em comum. Muita coisa, portanto, ela deve compartilhar com atividades puramente teóricas como a aritmética e a geometria. Mas, por outro lado, não é nem uma nem outra.

Como as outras ciências em que predomina o método racional, a filosofia é uma atividade que procura resolver teoricamente seus problemas. O que pressupõe, naturalmente, que ela tenha problemas. E se olharmos a história da filosofia é exatamente isso que vemos desde seu início. A filosofia é uma atividade em que alguém procura resolver teoricamente diversos problemas. Estes problemas, por sua vez, estão inseridos num leque amplíssimo de áreas. Na realidade, a filosofia pressupõe uma gama infinita de possibilidades de se problematizar o real – por ser infinita e ilimitada a própria realidade. Mas mesmo assim, algo há que pode caracterizar a atividade filosófica: é uma reflexão que procura resolver teoricamente aqueles problemas que não podem ser resolvidos com o auxílio de outras áreas do conhecimento humano.

Mas isso nos leva à solução da pergunta “para que estudar filosofia”. Suponho que só podemos ir a um departamento de filosofia se esperamos que suas disciplinas nos ajudem a responder perguntas cujas respostas não poderíamos encontraríamos em outro lugar – ou não as encontraríamos de maneira satisfatória. Mesmo assim, não é pelo conteúdo, unicamente, que vamos à filosofia, mas pela forma em que ela resolve os problemas. Com efeito, se é possível resolver um problema com o auxílio de métodos empíricos, não é a filosofia que nos vá a ajudar. Temos na sua história, portanto, as diversas formas puramente teóricas em que os problemas são resolvidos.

Estas reflexões nos conduzem, por outro lado, à interessante questão do caráter provisório de certos problemas filosóficos. Pois há uma íntima relação entre o caráter filosófico de um problema e a

impossibilidade de o resolvermos empiricamente. Isso, mais uma vez, está belamente exemplificado no início da história da filosofia ocidental. Com efeito, que fazia das perguntas “qual é a origem de todas as coisas” ou “qual é a natureza essencial de todas as coisas” questões filosóficas? Penso que a resposta só pode ser: a impossibilidade de serem resolvidas empiricamente. Por que hoje essas não são mais perguntas filosóficas? A resposta é simples: pela existência de ciências empíricas, como a física e a química, que podem resolvê-las. Não devemos nos admirar que por terem tido tais preocupações Aristóteles tenha se referido a Tales, Anaximandro e Anaxímenes como “filósofos físicos”. Há, então, indícios de que a possibilidade de decidirmos algo por via empírica faça que um determinado problema, antes considerado filosófico, deixe de fazer parte da preocupação do filósofo. Mas há problemas que ainda nos perseguem e que não poderemos deixar de discutir sem fazê-lo de um ponto de vista filosófico. Problemas, como, por exemplo, o da natureza da justiça, ou da felicidade humana, ou do bem e do mal, do próprio conhecimento, ou do próprio ser.

Portanto, a pergunta “para que estudar filosofia” só pode ter uma resposta óbvia: para aprender a identificar e resolver problemas filosóficos. E, assim como um estudante de medicina entra na faculdade para depois se interessar por esta ou essa área, se aprofundar e especializar nela, o estudante de filosofia, uma vez em posse dos conhecimentos que lhe permitam identificar problemas filosóficos e saiba como foram resolvidos, esteja em condições de procurar as soluções aos problemas que for identificando. Porque que outro pode ser o interesse de alguém que procura uma profissão se não é fazer o que é feito naquela

atividade? Ora, contemplar não é fazer. E não é para contemplar que a academia filosófica foi fundada, nem a platônica nem a aristotélica. As duas foram fundadas para preparar seus estudantes para uma atividade. É a atividade de saber discernir, discutir, reconhecer e resolver problemas filosóficos. De qualquer maneira, é um pensar que consiste num fazer, mesmo que teórico, e não num mero contemplar. Por isso, não pode estar em condições de ensinar filosofia quem não sabe como fazer aquilo que nela se faz: reconhecer, discutir e tentar resolver problemas. Mas há condições inelimináveis para isso: valorizar a si próprio, valorizar os estudantes, e valorizar os problemas e preocupações que a realidade em que estamos inseridos nos apresenta.

E a forma de fazer isso é expor os estudantes aos mesmos problemas que foram resolvidos pelos clássicos e exigir deles uma solução. Ao fazer isso nunca deixo de receber propostas de solução que em muito se assemelham com as oferecidas por esses grandes filósofos que aparentemente tiveram processos mentais totalmente diferentes dos que têm as pessoas comuns. Mas só se faz isso quando se pensa que todo estudante é, em potência, um filósofo, não um mero comentador ou um simples leitor que eventualmente está apto só para entender mas não para fazer filosofia.